



## CCJ examina novas etapas da reforma política

Com dez itens na pauta, comissão tem reunião marcada para a próxima quarta-feira

Dez itens da reforma política estão na pauta da Comissão de Justiça do Senado, que se reúne na quarta-feira. Uma das propostas, que será apreciada em turno suplementar, permite aos partidos sem caráter nacional se unirem em federações, para ter acesso ao fundo partidário e à propaganda gratuita. Outra amplia o número máximo de candidatos por partido político.

PÁGINA 3

### CPI examina decisões do STF que afetam seu funcionamento

A CPI do Sistema Financeiro reúne-se amanhã para discutir decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal que afetam seu funcionamento.

PÁGINA 4

### GOVERNADORES DO NORDESTE AVALIAM AJUSTE FISCAL NA CAE

Comissão realiza amanhã audiência pública com os governadores do Nordeste para discutir o ajuste fiscal e a política de desenvolvimento regional.

PÁGINA 3

### Serviço de saúde para índios deve ser votado amanhã

A criação de um serviço de atendimento aos índios, integrado ao Sistema Único de Saúde, está na pauta de amanhã do plenário do Senado.

PÁGINA 2



Avaliação sobre importância e resultados da manifestação de quinta-feira em Brasília dominou os discursos dos senadores em plenário

## Senadores discutem conseqüências da "Marcha dos 100 Mil"

A manifestação promovida pelos partidos de oposição em frente ao Congresso Nacional, na semana passada, dominou os debates no plenário do Senado na sexta-feira. Os senadores avaliaram que os resultados da "Marcha dos 100 Mil" foram positivos, devendo representar um princípio de mudança no atual cenário nacional. Marina Silva, por exemplo, disse que o ato marcou "o florescimento de uma sociedade que passa a conseguir dizer também o que o povo pensa, e não somente o que exprimem suas lideranças". Já o senador Luiz Otávio preferiu utilizar ironia ao tratar do que chamou de "Marcha dos Sem Voto". Outros senadores da base de apoio do governo acham que o Congresso deve ficar atento aos protestos.

PÁGINAS 5 A 7

# Senado delibera sobre saúde para indígenas

Projeto oriundo da Câmara dos Deputados institui um subsistema dentro do SUS, inteiramente custeado pela União, para assegurar atendimento especial às populações das aldeias espalhadas por todo o país

Na sessão deliberativa ordinária de amanhã, o plenário do Senado deve votar projeto de lei originário da Câmara dos Deputados que institui um subsistema de atenção à saúde indígena, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme a proposição, que foi relatada favoravelmente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo senador Tião Viana (PT-AC), caberá à União, com recursos próprios, financiar esse serviço.

O senador Roberto Freire (PPS-PE), que relatou a matéria favoravelmente na Comissão de Cons-



Roberto Freire, relator na CCJ, explicou que projeto é tentativa de garantir atendimento à saúde para os indígenas

tuição, Justiça e Cidadania (CCJ), salientou que o projeto, de autoria do então deputado Sérgio Arouca, é uma tentativa

de garantir o atendimento público de saúde àquelas populações, mediante "um tratamento diferenciado, mas sem apartação".

Na mesma sessão, transcorre o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda que ajusta a Constituição à criação do Ministério da Defesa e dos coman-

dos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Também deverá ser votado projeto que outorga à Beija-flor Radiodifusão permissão para explorar serviço de radiodifusão em FM na cidade de Oiapoque (AP).

## QUARTA-FEIRA

Na quarta-feira, a sessão plenária das 14h30 deve apreciar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), no terceiro e último dia de discussão, que trata da criação do Ministério da Defesa e o substitutivo do Senado ao PLC nº12 que dispõe sobre estágios de estudantes.

No mesmo dia, o plenário aprecia o texto do acordo de cooperação técnica celebrado entre o Brasil e a Jamaica, a autorização para contratação de crédito externo no valor de US\$ 15 milhões entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) destinado à prevenção e controle de incêndios na Amazônia, e ainda o requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que retira de pauta, em caráter definitivo, projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre a importação, comercialização e uso de agrotóxicos.

## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1999

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

### PREVISÃO DA SEMANA

### PLENÁRIO

Terça-feira (31.8.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em 2º turno da \*PEC nº 53/99, altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa); \*PDL nº 169/99, aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Oiapoque (AP); e PLC nº 63/97, que dispõe sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas.

Quarta-feira (1º.9.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em 2º turno da \*PEC nº 53/99, altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa); \*PDL nº 14/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Vanguarda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cornelio Proença-PR; \*PLC nº 12/97, acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; \*PDL nº 117/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o governo do Brasil e o da Jamaica, em Brasília/97; \*PR nº 82/99, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 15 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Projeto Emergencial de Prevenção e controle de Incêndios na Amazônia - Proarco; e \*Requerimento nº 415/99, do senador Osmar Dias solicitando nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 465/99, de sua autoria, que dispõe sobre a importação, comercialização e uso de agrotóxicos, seus componentes e afins.

10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de vetos presidenciais. Plenário da Câmara dos Deputados.

Quinta-feira (2.9.99)

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PLC nº 47/98, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2.929/56, que disciplina o processo de alteração ou reificação de idade dos oficiais das Forças Armadas; \*PDL nº 118/99, aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o governo do Brasil e o da Rússia, em Brasília/97; e \*Requerimento nº 429/99, do senador Ernandes Amorim solicitando nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 413/99, de sua autoria, que cria o Conselho Federal e os conselhos regionais de Técnicos Industriais.

Sexta-feira (3.9.99)

9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira (31.8.99)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Ofício "S" nº 18/99, encaminha ao Senado parecer Dedip/Diare - 99/097, de 1999, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura municipal de São Francisco de Paula (MG), para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundeurb, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, no valor de R\$ 242 mil, a preços de 31.10.98, destinada ao financiamento de estudos, projetos técnicos, execução de obras e construção de galpões industriais; \*PLS nº 255/97, fixa o prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte; \*PLS nº 325/99, dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de tratores e máquinas agrícolas por pequenos produtores rurais; \*PLS nº 84/99, concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos; \*PLS nº 433/99, acrescenta parágrafo ao art. 34 da Lei nº 9.249/95, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido; e \*PLS nº 405/99, altera o inciso XIII art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples.

17h - Audiência pública com os governadores da região Nordeste com a finalidade de discutir o Ajuste Fiscal e a formação de uma frente para implementação de Políticas Especiais de Desenvolvimento Regional. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; \*PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; \*PLS nº 236/99, que dispõe sobre educação profissional em nível nacional; \*PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; \*PLS nº 341/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos; \*PLS nº 340/99, que institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano; \*PLC nº 146/99, que denomina "Aeroporto Internacional de Guarulhos - Ulysses Guimarães" o Aeroporto Internacional de São Paulo no município de Guarulhos(SP); \*PLS nº 320/99, que denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco (AC); e os \*PDLs nºs 168, 74, 112, 134, 140, 142, 148, 160, 167, 154, 82, 33, 164, 78, 111, 165, 161, de 1999, que aprovam o ato que renova a permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h - CPI do Sistema Financeiro

Convidado: Everaldo Maciel, secretário da Receita Federal. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Mensagem nº 160/99, submete à apreciação do Senado a escolha de José Nogueira Filho, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto

ao Estado de Israel; \*PDL nº 148/98, aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas; \*PDL nº 36/99, aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre os governos do Brasil e Argentina; \*PDL nº 43/99, aprova o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul; \*PDL nº 134/99, aprova a adesão do Brasil ao texto do Acordo de Cooperação entre as Repúblicas Populares de Angola e Moçambique, as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné Bissau e Portuguesa e as Repúblicas Democráticas de São Tomé e Príncipe no Domínio do Desporto; e os \*Requerimentos s/nº/99, do senador Tião Viana, solicitando sejam realizadas audiências públicas sobre o tema "A Amazônia - patrimônio ameaçado?"; e do senador Roberto Freire solicitando a convocação dos ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia e da Defesa, Elcio Alvares; Cleuber Vieira, general e comandante do Exército; Sérgio Chagas Teles, almirante-de-esquadra e comandante da Marinha; e Walter Werner Brauer, tenente-brigadeiro e comandante da Aeronáutica para prestarem informações da posição brasileira acerca da tentativa de regionalização pelos Estados Unidos dos conflitos internos da Colômbia, bem como da ingerência norte-americana nos assuntos internos brasileiros referentes à política de combate ao narcotráfico. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

18h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: \*Relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho (Diversos nº 2/99-CN); \*Ata da 6ª reunião ordinária; \*Projetos de Lei nºs 8, 10 e 11/99-CN; e \*Proposta de alteração do art. 13 do Regulamento Interno da Comissão. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães - Câmara dos Deputados*

Quarta-feira (1º.9.99)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: \*PLS nº 180/99, que acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096/95, de modo a permitir a criação de Federação de Partidos Políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do parágrafo 2º do art. 47 da Lei nº 9.504/97; \*PLS nº 482/99, altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação; \*PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; \*PLS nº 93/99, anistia os eleitores e os membros de Mesa Receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral -, por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro de 1998; \*PLS nº 99/99, altera os artigos 17 e 19 da Lei nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juizes eleitorais; \*PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; \*PEC nº 49/99, acrescenta parágrafo aos artigos 28 e 29 da Constituição federal para estabelecer que a transmissão de cargo, substituição ou a sucessão do governador e do prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares; \*PEC nº 32/99, acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; \*PLS nº 61/99, altera a redação do artigo 46 da Lei nº 9.504/97; e \*PEC nº 15/99, altera os arts. 28, caput 2º, inciso III, e 82 da Constituição federal, para fixar a posse do prefeito, governador, presidente da República e respectivos vices em 15 de dezembro do mesmo ano da eleição. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Reforma política volta à pauta da CCJ

Em reunião prevista para quarta-feira, será votada em turno suplementar a proposta que permite aos partidos sem caráter nacional unirem-se em federações para ter acesso ao fundo partidário e à propaganda eleitoral gratuita

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se na quarta-feira para deliberar sobre dez itens da reforma política, que já teve um dos seus projetos – o que proíbe coligação em eleições proporcionais – votado em plenário na semana passada. Entre os itens da pauta está a votação, em turno suplementar, do substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto do senador José Agripino (PFL-RN), de modo a permitir aos partidos sem caráter nacional unirem-se em federações para ter acesso ao fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão.

A CCJ também votará, em caráter terminativo, projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) ampliando o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas, em todos os níveis da Federação. O parecer do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) é pela aprovação da matéria, com uma emenda aditiva. Na mesma reunião, será votado parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) contrário ao pro-



Edison Lobão é o autor do substitutivo ao projeto de José Agripino que será colocado em votação

jecto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que estabelece normas para a segurança e fiscalização do voto eletrônico.

Será ainda examinado projeto da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos

remetem aos juízes eleitorais. O parecer do senador Roberto Freire (PPS-PE) é pela rejeição da matéria. A CCJ deve decidir ainda sobre proposta do senador Ademir Andrade (PSB-PA) determinando que a transmissão de cargo, substituição ou sucessão de governador ou prefeito ocorrerá imediatamente após a ausência, impedimento ou vacância dos titulares.

Também consta da pauta proposta de emenda constitucional do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) fixando em 15 de dezembro do mesmo ano da eleição a posse de prefeito, governador, presidente da República e respectivos vices. O parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é pela aprovação da matéria.

## Congresso vai apreciar vetos presidenciais a 31 projetos de lei

Vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso a projetos sobre o preço de comercialização da gasolina de aviação, a reorganização das classes de carreira da Polícia Federal e a anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho estão na pauta da reunião do Congresso Nacional marcada para a quarta-feira, às 10 horas.

São 31 projetos de lei vetados parcial ou totalmente e que serão submetidos aos senadores e deputados, para que mantenham ou rejeitem os ve-

tos. Conforme determina a Constituição, o veto só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores – metade mais um da composição das duas Casas do Legislativo. Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao presidente da República, para promulgação.

A votação será em escrutínio secreto e cada parlamentar receberá uma cédula única de votação contendo todas as matérias vetadas. Ao lado de cada dispositivo vetado, há três quadros em branco com indicação do

voto – sim, não e abstenção.

Entre os projetos vetados, estão o que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas; o que prevê a descentralização dos serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros da União para os estados e municípios; o que regula o exercício da enfermagem profissional; o que fixa o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas; e o que dispõe sobre a liberdade sindical.

## Martus Tavares participa de audiência pública na CAS

O combate à pobreza entra na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta semana, com a audiência pública marcada para quarta-feira, às 9 horas, que tem como convidado o ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Ele irá falar so-

bre os recursos da União destinados à área social.

Após a audiência, a CAS se reúne para deliberar, em decisão terminativa, sobre projetos do Senado que beneficiam estudantes carentes com dificuldades de custear seus estudos. De acordo com

as propostas, o estudante poderá se utilizar do FGTS no pagamento de anuidades do ensino médio e de curso superior.

Os senadores ainda irão analisar, em decisão terminativa, o projeto de lei que permite aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares e o que trata da criação dos conselhos federal e regionais da profissão de técnico agrícola.

## CAE reúne governadores do Nordeste amanhã para discutir ajuste fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza amanhã, às 17h, audiência pública com os governadores do Nordeste para discutir o ajuste fiscal proposto pelo governo federal e a implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional. Já confirmaram presença na reunião os governadores de Alagoas, Ronaldo Lessa; da Bahia, César Borges; da Paraíba, José Targino Maranhão; de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos; do Piauí, Francisco de Assis de Moraes; do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho, e de Sergipe, Albano Franco. Os governadores foram convidados pelo presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).



Ney Suassuna, presidente da comissão, enviou convites aos governadores da região

Até o final da tarde de sexta-feira, o governador do Ceará, Tasso Jereissati, e a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, não haviam confirmado presença.

## Isenção de IPI sobre tratores será analisada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna, examina amanhã, em reunião marcada para as 10h, a possibilidade de os pe-

quenos produtores rurais obterem isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de tratores e máquinas agrícolas. A proposta é do senador Moreira Mendes (PFL-RO) e tem parecer favorável do relator, senador Lúcio Coelho (PSDB-MS). A isenção seria concedida até 31 de de-



Moreira Mendes pretende beneficiar com sua proposta pequenos produtores rurais

zembro de 2000 e as máquinas e tratores alcançados pela medida estão limitados à potência máxima de 60 HP. Na terça-feira, a CAE também apreciará projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa em 60 dias após a entrega da declaração o prazo máximo para que a Receita Federal restitua o Imposto de Renda recolhi-

do na fonte ou pago a título de antecipação. O projeto tem parecer favorável do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), nos termos do substitutivo aprovado na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Constam ainda da pauta outras oito matérias, entre elas projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins

lucrativos, destinados ao preparo de alimentos para pessoas carentes; do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), permitindo que diversas categorias profissionais possam optar pelo regime do Simples; e do senador Ademir Andrade (PSB-PA), estabelecendo que as assembleias legislativas sejam notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos estados ou Distrito Federal.



Gilberto Mestrinho presidirá, amanhã, a reunião da Comissão Mista de Orçamento

## Comissão analisa créditos extraordinários para ministérios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se amanhã, às 18 horas, para decidir sobre novos créditos solicitados pelo presidente da República. Entre eles, está uma verba de R\$ 76 milhões para o Ministério dos Transportes, que destinará o dinheiro às obras de dragagem de aprofundamento no porto de Santos (SP) e construção de uma avenida perimetral, permitindo que seja desviado o trânsito urbano da área do porto.

Presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a Comissão Mista de Orçamento analisará ainda pedido de crédito especial para o Ministério da Ciência e Tecnologia, no valor de R\$ 109,3 milhões, para financiar 120 projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área petrolífera, objetivando aumentar a produção e reduzir os preços do petróleo no país.

Haverá ainda discussão e votação de um crédito especial de R\$ 2,2 milhões para trabalhos de zoneamento de áreas de proteção ambiental, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Todos estes pedidos de crédito especial contam com parecer favorável do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR).

# Reutilização de livros didáticos deve ser votada amanhã na CE

Comissão aprecia, também, projeto que incentiva publicação de fotografias de crianças desaparecidas nos meios de comunicação

A reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio e sua distribuição gratuita para alunos da rede pública são dois dos principais projetos constantes da extensa pauta de votação – 37 itens – da Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), que se reúne amanhã, às 11h30.

Na mesma reunião, a CE vota projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que incentiva a publicação, nos meios de comunicação e de transportes, de fotografias de crianças desaparecidas ou seqüestradas. Outra proposta na pauta, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), obriga as empresas de radiodifusão a destinarem pelo menos dois minutos diários à divulgação de informações so-



Marluce é autora do projeto que incentiva a publicação de fotos de crianças desaparecidas

bre menores desaparecidos.

Ainda na agenda de votação da CE, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que trata da proteção do patrimônio fossilífero nacional; do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que dis-

põe sobre educação profissional em nível nacional; do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que dá o nome de Ulysses Guimarães ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, e a renovação de concessão de 17 emissoras de rádio e de TV.



Ramez Tebet esclarece que resultados da CPI serão encaminhados ao Ministério Público

## Tebet garante que criminosos apontados pela CPI serão punidos

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou que a Justiça não falhará no julgamento dos crimes que estão sendo apurados pela CPI. Em entrevista à *TV Senado*, o senador explicou que não cabe a uma comissão parlamentar de inquérito punir criminosos ou pessoas que cometeram irregularidades.

Concluídos os trabalhos da CPI, no dia 5 de outubro, os resultados serão enviados ao Ministério Público. Caberá ao órgão fundamentar denúncias a serem enviadas aos tribunais competentes, observou.

– Não temo que a Justiça seja benevolente, porque a sociedade está vigilante. Ninguém está acima do bem e do mal – disse Tebet.

Conforme o senador, o desenrolar dessa Comissão Parlamentar de Inquérito acabou contrariando expectativas pessimistas sobre um eventual confronto entre os poderes Legislativo e Judiciário. Apesar dos fatos graves desvendados pela CPI, o presidente da comissão acredita que o temido confronto não ocorreu e que as investigações aconteceram em boa hora para o país.

## CRE apreciará pedidos de audiências públicas sobre a situação da Amazônia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprecia amanhã três requerimentos de audiências públicas para ouvir ministros de Estado e autoridades sobre diversos aspectos envolvendo a Amazônia, desde a devastação do meio ambiente e a possibilidade de intervenção dos Estados Unidos na Colômbia e até o risco de internacionalização da região. Os requerimentos são de autoria dos senadores Tião Viana (PT-AC), Roberto Freire (PPS-PE) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). A reunião da comissão está marcada para as 17h30.

A CRE analisa, ainda, três



Mozarildo é autor de um dos requerimentos de audiência pública sobre Amazônia

acordos firmados com a Argentina sobre transporte fluvial fronteira, integração cultural e isen-

ção de vistos entre os dois países, e outro com a República Tcheca sobre o exercício do emprego de dependentes de pessoal diplomático. A comissão aprecia também a indicação de José Nogueira Filho para o cargo de embaixador do Brasil em Israel.

Consta ainda da pauta de votação da CRE a aprovação do texto da convenção interamericana para a proteção e conservação das tartarugas marinhas, efetivada em Caracas, Venezuela; o protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul e a inclusão do Brasil junto às repúblicas de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe no “Domínio do Desporto”.

## Senadores examinam decisões do STF que afetam investigações

A CPI do Sistema Financeiro reúne-se amanhã, às 17h, a portas fechadas, para discutir as decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nos últimos dias, que afetam o funcionamento de comissões parlamentares de inquérito.

O plenário do Supremo, ao exa-

minar mandados de segurança impetrados pelo ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola, decidiu que a CPI não tinha poderes para determinar indisponibilidade de bens e nem a busca e apreensão de documentos nas empresas de Cacciola.

– Vamos examinar as decisões

e ver o que pode ser feito. A princípio, acredito que a indisponibilidade de bens e a busca e apreensão não são essenciais para a CPI – afirmou à imprensa o presidente da comissão de inquérito, senador Bello Parga (PFL-MA). Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS), integrante da CPI, acha que a de-

cisão do STF tem reflexos extremamente negativos para as comissões de inquérito do Congresso.

### AUDIÊNCIA

Depois dessa reunião, os senadores da comissão devem ouvir publicamente o depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, convocado para

apresentar anteprojetos de lei destinados a fechar brechas que permitem às empresas a redução do Imposto de Renda a pagar (elisão fiscal). Everardo prometeu os anteprojetos ao comparecer à CPI, no dia 20 de maio, e, como nada enviou até agora, foi convocado pelos senadores.



# “Marcha teve força da primavera”, diz Marina

Líder da oposição compara força do movimento a brotos que surgem de “árvores murchas e desfolhadas” e observa que a sociedade se mostrou capaz de mobilização por uma grande bandeira – o destino do país

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse na sexta-feira que a “Marcha dos 100 Mil”, organizada pela oposição na última quinta-feira em Brasília, marcou o florescimento de uma sociedade que passa a conseguir dizer também o que o povo pensa, e não somente o que exprimem suas lideranças. “O movimento teve a força da primavera, que faz surgirem brotos em árvores murchas e desfolhadas”, observou.

Para a senadora, a sociedade mostrou-se capaz de se mobilizar por uma grande bandeira: o destino do país. Lembrou que, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao contrário, as mobilizações eram moti-

vadas por bandeiras específicas, corporativas. Por isso, para ela, é um elogio a acusação do governo de que a marcha foi política.

A líder do Bloco Oposição disse que, embora o governo tenha tentado desqualificar o movimento, taxando-o de uma “baderna sem rumo”, a manifestação mostrou um forte conteúdo.

– O povo veio dizer que está na frente para dar um rumo aos interesses do próprio povo, não para o banco Marka, o FonteCin-



Marina: presidente da República só tem obrigação de defender interesses do país

dam ou para a Ford – afirmou, lembrando que, na marcha, milhares de pessoas manifestaram seu inconformismo com o desemprego e o desespero a que está sendo levada a população.

A senadora criticou a comemoração feita pelo governo do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), “quando há mais de um milhão de pessoas no país sem emprego”. Ela elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso por ter tido a coragem de assumir, em entrevista, que foi “obriga-

do a fazer tudo o que era ruim, tudo o que ele não queria”. Mas, para ela, o presidente de um país somente é obrigado a fazer uma coisa: defender os interesses do povo e do próprio país.

Em aparte, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) lembrou que ninguém consegue fazer somente aquilo que quer. Disse também que o Fundo Monetário Internacional (FMI) regula o sistema financeiro mundial, e seu aval é essencial para se conseguir financiamento externo.

Marina reconheceu que não se pode fazer tudo o que se quer, mas acrescentou que “não se pode render à lógica perversa do ‘deus’ mercado”.



MARCHA DOS 100 MIL

## Para Jucá, democracia deu prova de que está firme

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou na sexta-feira que a democracia está consolidada no Brasil. “A manifestação provou que alguns setores podem demonstrar sua insatisfação e os governantes podem democraticamente ouvir suas vozes, sem que haja abalo nas instituições”, disse. Para Jucá, a paz que cercou a marcha e a representatividade dos números obriga ao aperfeiçoamento do governo para fazer face a algumas reivindicações justas que foram colocadas. “Da mesma forma, a oposição tem obrigação de zelar pela democracia, demonstrando responsabilidade e apresentando alternativas”, afirmou. O senador por Roraima comparou a situação de liberdade e democracia existente no Brasil com os problemas que a Venezuela está enfrentando, onde o prédio do Congresso está cercado por tropas militares para impedir que os congressistas se reúnam.



Jucá comparou situação do Brasil com a da Venezuela, onde tropas cercam Congresso

## Emilia Fernandes vê clima de mudança nos rumos do país

A “Marcha dos 100 Mil” trouxe para as ruas um clima de virada e de expectativa de mudança dos rumos do país, disse a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), para quem a sociedade “não reconhece mais a autoridade do presidente Fernando Henrique”. Na opinião da senadora, os manifestantes deram, de forma ordeira, um recado àqueles que insistem em subestimar a inteligência, o sentimento e o compromisso dos brasileiros com os destinos do país.

– A marcha não era sem rumo e muito menos foi um fracasso. Pelo contrário. Chegou a reunir cerca de 130 mil pessoas que não aceitam mais a submissão da economia



Emilia Fernandes disse que sociedade não reconhece autoridade do presidente

ao capital estrangeiro, a falta de apoio à produção, o desmonte do Estado e o desemprego – disse Emilia Fernandes, certa de que a manifestação evidenciou um grau de maturidade dos brasileiros em relação à situação do país.

No entender de Emilia Fernandes, de nada adiantaram “pressões e ameaças” com o objetivo de esvaziar o movimento. A seu ver, a acusação por parte do governo de que a marcha seria “dos sem-rumo” não passou de mais uma manifestação psicologicamente explicável do presidente da Repú-

blica, “que, isolado e prisioneiro da falência de seu projeto, busca transferir para os outros aquilo que, de fato, está ocorrendo consigo mesmo, com seu governo e com a economia brasileira”.

– Se alguém está sem rumo é o governo que, submetido a toda sorte de acordos e pressões internas e externas, empurrou o país para os descaminhos da especulação financeira, da falência do sistema produtivo, da falta de políticas industrial e agrícola e da ausência de qualquer projeto de desenvolvimento nacional – salientou.

Ao registrar que a “Marcha dos 100 Mil” ocorreu na mesma semana em que é lembrada a morte do ex-presidente Getúlio Vargas, Emilia Fernandes afirmou que em cada faixa, palavra de ordem e pronunciamento dos manifestantes “estava presente o sentimento de patriotismo e de compromisso com os trabalhadores e o povo que marcou a obra de Getúlio”.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP), em aparte, afirmou que o presidente da República não usou o termo “sem rumo” de forma pejorativa com relação à manifestação. Segundo ele, Fernando Henrique apenas questionou a ausência de propostas concretas da oposição.

## Jefferson recomenda a governo e oposição que tirem lições do ato

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) recomendou ao governo e às oposições que avaliem melhor a situação do país e tirem lições corretas da manifestação realizada na quinta-feira, na Esplanada dos Ministérios. Para o senador, a despeito da discussão sobre o número exato de participantes, o fato é que a marcha das oposições foi uma “grande manifestação de massa”, e deveria resultar em mudanças na área social para combater a miséria.

– Creio que é preciso tirar lições desse acontecimento. É importante que nem governo nem oposições façam uma leitura equivocada do que aconteceu. São erradas as avaliações de que o movimento foi meramente partidário e não expressa a manifestação popular. Se o presidente Fernando Henrique Cardoso pensa assim, com esse triunfalismo, vai se dar muito mal. Também é uma lição errada as oposições acharem que o governo está fraco e deve ser desestabilizado. Não há equívoco maior do que este – avaliou.

Para o senador amazonense, o governo está impopular, mas a oposição também não tem popularidade, nem ganhou a confiança da sociedade.

– A população não gosta do governo mas também não quer a

oposição. A oposição está perplexa e a sociedade se sente órfã e desamparada – observou.

A lição correta que deve ser tirada da manifestação, disse o senador, é que o governo precisa mudar sua política socioeconômica, mas sem embarcar “no desenvolvimentismo fácil”. O governo, acrescentou, deve adotar políticas sociais que amenizem a situação de miséria vivida por parte da população, mas não deve abandonar o ajuste fiscal, pois este é necessário para o país.

A situação do Brasil, comparou Jefferson Péres, pode transformar-se no impasse que está ocorrendo na Venezuela.

– Se governo e oposições continuarem equivocados como estão, então vamos marchar por caminhos muito difíceis nos próximos dois anos, a exemplo da Venezuela – previu.

A oposição, também fraca na Venezuela, e um “governo arrogante”, que não atendia à sociedade, observou Jefferson Péres, produziram um viés autoritário. O senador avalia que, no Brasil, basta surgir um líder que se oponha ao governo e seja uma alternativa às oposições para tornar a situação semelhante à daquele país.



Jefferson teme alternativa autoritária para o Brasil, a exemplo da Venezuela

# Para Luiz Otávio, movimento foi "dos sem voto"

Senador do Pará sugere mudança na frase usada pelo presidente Fernando Henrique para definir manifestação das oposições e lembra que suas principais lideranças não detêm mandatos eletivos

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) ironizou na sexta-feira a realização da "Marcha dos 100 Mil", pedindo ao presidente Fernando Henrique que refizesse a sua frase sobre a mobilização das oposições, que o presidente havia chamado de "Marcha dos Sem Rumo":

— Agora, depois que já vimos o que aconteceu, ele deveria chamá-la de "Marcha dos Sem Voto" — disse o senador do Pará.

Luiz Otávio afirmou que "antes de proporem saídas radicais para a sociedade brasileira, como o fizeram, o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes deveria esclarecer sobre os precatórios de Pernambuco; o ex-governador do Rio Leonel Brizola, sobre suas fazendas no Uruguai e Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT, deveria entender que, com três anos e meio de antecedência, não é hora de se lançar pela quarta vez à Presidência da República".



Luiz Otávio recorreu à ironia para sugerir aos líderes da marcha que tomem o caminho das urnas

Para Luiz Otávio, "só tem uma saída para eles: um sai para deputado federal, outro para a Assembléia Legislativa e ainda dá para eleger um vereador".

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) contestou o orador. Para ela, o melhor seria considerar que "a ironia do senador foi apenas um equívoco". A senadora lembrou que as três personalidades citadas (Lula,

Brizola e Arraes) são nomes importantes da história política brasileira, por sua contribuição para a solução dos grandes problemas nacionais.

Marina observou que o critério escolhido por Luiz Otávio para avaliar a eficácia e a importância da marcha foi o quantitativo, frisando que para as oposições "o que mais conta é a qualidade, ainda que saibamos que o ideal é juntarmos a quantidade à qualidade".

## REFORMA FISCAL

Em seu pronunciamento, Luiz Otávio fez ainda um apelo à equipe econômica para que leve em conta a criação de um fundo constitucional nos moldes propostos pelo professor Clovis Mácula, com o objetivo de estimular os estados que apresen-



MARCHA DOS 100 MIL

tarem superávit comercial. Segundo o senador, a proposta, apresentada em "boa hora", uma vez que poderá ser absorvida pela reforma fiscal que está sendo discutida, já foi apoiada pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e pelo restante da bancada paraense.

Ele entende que se o Pará — segundo melhor resultado em termos de superávit comercial, vindo logo depois de Minas Gerais — passar a receber os estímulos nos termos propostos pelo professor, poderá concluir a infra-estrutura necessária para fazer circular sua produção:

— Não é justo que se aplique recursos da União para investir apenas em estados que têm maior poder político.



Para Cabral, OAB fez bem em não assinar o manifesto "político-partidário" pela abertura da CPI

## Cabral lembra luta histórica da OAB pela democracia

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou na sexta-feira a defesa feita, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do estado de direito em diversos momentos da história brasileira, citando a luta pelo retorno do *habeas corpus*, pela anistia, e demais bandeiras que significam defesa da cidadania e da democracia. "É nos tempos de repressão aguda que a OAB se agiganta", destacou.

Para Cabral, não foi por omissão que a OAB deixou de assinar o manifesto pela abertura da CPI dos leilões do Sistema Telebrás. "O presidente da OAB, Reginaldo Oscar de Castro, fez bem em demonstrar cautela, não colocando o nome da organização num documento de cunho político-partidário. Tradicionalmente, a Ordem sempre ficou acima das paixões partidárias, reservando-se para a luta pelos interesses realmente nacionais".

Cabral historicou os fatos mais relevantes da atuação da OAB "nos tempos da ditadura civil de Getúlio Vargas e da ditadura militar dos anos 60, 70 e 80". Segundo o senador pelo Amazonas, a OAB jamais se curvou aos governos, sempre foi líder incontestado das lutas travadas no Brasil pelo estado de direito, liberdades individuais e coletivas.

Por indicação do presidente Antonio Carlos Magalhães, o senador Bernardo Cabral será o representante do Senado na 27ª Conferência Nacional dos Advogados, a realizar-se no Rio de Janeiro, entre os dias 30 de agosto e 3 de setembro próximos.

Em apartes, os senadores Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Luiz Otávio (PPB-PA), Agnelo Alves (PMDB-RN) e Amir Lando (PMDB-RO) se associaram ao expositor no reconhecimento do papel relevante da OAB ao longo dos tempos.

## Heloísa chama elite de "fracassada e demagógica"

Ao não reconhecer a importância da "Marcha dos 100 Mil", a elite brasileira demonstrou ser "fracassada, demagógica e insensível". A avaliação é da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que qualificou a marcha como uma manifestação de coragem e esperança do povo brasileiro:

— Quando caracterizo o governo federal como demagógico é porque, infelizmente, as propostas que ele apresentou durante o processo eleitoral não foram cumpridas. Não é à toa que, sempre que debate nesta Casa, utilizo a Constituição e o programa de governo do presidente da República — justificou.



Heloísa: não há alguém que considere o governo federal "sensível"

Heloísa disse que o governo é fracassado em virtude da sua política econômica. "Está-se desenvolvendo uma política econômica que está destruindo o Brasil, acabando com o patrimônio nacional, promovendo a fome, a miséria, a humilhação, o desemprego, o sofrimento, isso efetivamente é fracasso, que vem junto com a incompetência", afirmou.

A senadora explicou de forma simples por que considera o atual governo insensível: "A palavra não precisa nem ser decidida porque não posso entender que alguém consiga avaliar o governo federal como sensível".

## Patrocínio: Congresso e governo devem estar atentos aos protestos

Ao cumprimentar os "não sei quantos" que participaram da "Marcha dos 100 Mil" na última quinta-feira, em Brasília, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou na sexta que o Congresso Nacional e o governo devem estar atentos às vozes das ruas. Na opinião do senador, os manifestantes querem chamar a atenção das autoridades constituídas no país para uma "série de dificuldades por que passa o Brasil":

— Presenciamos, na capital federal, um protesto ordeiro e pacífico que merece a atenção dos parlamentares, pois o que se ouve falar é que novas manifestações virão. Não concordamos com tentativas de golpe, já que o que temos de mais legítimo nesse país é a vitória do presidente nas eleições — declarou Patrocínio, da tribuna do plenário.

O senador acredita que a manifestação, "dentro da mais absoluta normalidade, ordem e harmonia", foi válida como o movimento dos agricultores:

— Enquanto parlamentares de-



Patrocínio: parlamentares devem repelir apenas as manifestações que não tenham conteúdo

vemos estar atentos, aplaudindo aquelas manifestações que têm extrato, repelindo aquelas de cunho meramente ideológico — afirmou.

Para o senador, apesar da crise, o presidente está "envidando todos os esforços para que o Brasil possa entrar em condições de igualdade no processo de globalização", que ele chamou de "processo perverso" e "nova colonização, em que as grandes nações querem engolir as nações mais fracas".

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — Senado em Pauta  
7h — Saúde Todo Dia — Musculação  
7h30 — Especial Unip — Novos medicamentos  
7h55 — Senado em Pauta  
8h — Jornal do Senado  
8h25 — Senado em Pauta  
8h30 — Entrevista — Senador Jefferson Péres fala sobre a crise na América Latina  
8h55 — Senado em Pauta  
9h — Cidadania — Senador José Jorge e o professor

Bautista Vidal falam sobre as fontes renováveis de energia  
9h55 — Senado em Pauta  
10h — Comissão da Pobreza (de 26/08)  
13h15 — Cores do Brasil — Bahia  
13h30 — Cidadania  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
19h — Entrevista Especial com o dr. Dráuzio Varella  
20h — Espaço Cultural — Capinam  
20h30 — Entrevista — Senador Jefferson Péres  
21h — Jornal do Senado  
21h30 — Cidadania  
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

# Governo deve redefinir seus rumos, afirma Simon

Senador diz que manifestação de protesto realizada em Brasília pelos partidos de oposição e entidades da sociedade civil obriga o governo a “reunir sua equipe e traçar uma política social real para combater a fome”

O presidente Fernando Henrique Cardoso deveria reunir sua equipe e traçar uma política social séria para combater a pobreza, após os resultados da manifestação popular realizada na última quinta-feira na Esplanada dos Ministérios, afirmou sexta-feira o senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem o ato público foi “uma prova de democracia altamente positiva”.

— Hoje existe uma página em branco na frente de Fernando Henrique Cardoso. Ele deve reunir sua equipe, refletir sobre o que aconteceu e traçar uma política social real para combater a fome. Que ele escreva nessa página quais serão os rumos do governo na segunda-feira. Ele pode mudar esses rumos — disse Simon.

Ele criticou a “insensibilidade” da equipe econômica do governo e dos “tecnocratas”, observando que o presidente deve se reunir com pessoas mais sensíveis aos problemas sociais, tais como o governador Mário Covas, o secretário-geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, e o ministro da Casa Civil, Pedro Parente. “A equipe econômica pode até participar, mas só se for para ficar cala-

da, para ouvir apenas”, afirmou.

Para o senador, a marcha a Brasília foi um sucesso. Ele parabenizou as oposições pela organização e tranqüilidade do evento, e também o governo, que soube conduzir e orientar os policiais para manter a ordem sem violência. Simon disse que falta ao governo a reflexão necessária para avaliar melhor a situação social do país e ressaltou que o próprio presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, já sentiu que o problema da

pobreza no Brasil é sério e precisa de soluções.

A bandeira, antes defendida pelas oposições, da renúncia do presidente da República, segundo Pedro Simon, foi abandonada em boa hora, pois era equivocada.

— Fico muito feliz porque não houve manifestação pedindo a renúncia do presidente. Isso seria complicado, primeiro porque ele só renuncia se quiser. Segundo porque, se ele renunciar, assume o vice-presidente, Marco Maciel — observou.

O importante, ressaltou, é avaliar que a manifestação popular em frente ao Congresso mostrou que há “muita gente magoada com o que está acontecendo”



e que há também um sentimento de que “as coisas não estão bem”. Em aparte, Marina Silva (PT-AC) destacou que a manifestação não foi de corporações e sim de vários setores da sociedade que se reuniram para protestar politicamente contra o governo.

O senador endossou a observação, afirmando que “não é inteligente o governo dizer que as 100 mil pessoas da manifestação vieram ‘politicamente’, ou seja, conduzidas pelos partidos de oposição, já que não foi um movimento corporativo”.

Durante o seu pronunciamento, Simon criticou as mudanças de atribuições no Ministério da Agricultura, que passou a dar prioridade para as exportações, transferindo as ações relativas aos pequenos agricultores para o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária. Disse também que apóia a idéia, defendida pelas oposições, de realizar a CPI das privatizações.



Pedro Simon parabenizou as oposições pelo sucesso e pelo caráter pacífico da marcha

## Eduardo Suplicy critica tentativas de minimizar significado da manifestação

O protesto realizado na semana passada em Brasília foi considerado um sucesso pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Em discurso no plenário, ele lembrou os 20 anos da Lei de Anistia, também objeto de uma grande campanha da oposição, que teve entre seus líderes o falecido cartunista Henfil. Ao ler um texto do publicitário Carlito Maia em homenagem a Henfil, Suplicy chegou a se emocionar.

— Somos herdeiros do Henfil. Seu veneno da vida corre agora em nossas veias. Este país nos mata lentamente, eu sei, mas são tantas as injustiças, a miséria, a fome, que esmorecer jamais — diz o texto citado por Suplicy.

O senador criticou a avaliação do número de participantes da marcha feita pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que estimou em 30 mil as pessoas presentes ao ato coordenado pela oposição ao governo. Suplicy registrou que o jornal *Folha de S. Paulo* publicou estimativa de 75 mil pessoas, e lamentou que, na edição da sexta-feira, o *Jornal do Senado* tenha estampado, na primeira página, uma foto tirada num momento de menor afluxo de pessoas à Praça dos Três Poderes. O senador lamentou também que

o *Jornal do Brasil* tenha divulgado que a multidão foi calculada em 40 mil pela Polícia Militar do Distrito Federal, quando a PMDF divulgou uma estimativa de 60 mil pessoas presentes à manifestação.

— Gostaria de alertar aqueles que procuram desqualificar o ato e o sentido maior do clamor das oposições. É importante que se ouça esse clamor das ruas, pois não servirão bem

à nação aqueles que procurarem fechar os seus olhos e tapar os seus ouvidos à realidade — acrescentou.

Conforme o senador, diante das tentativas de Antonio Carlos de desqualificar o ato das oposições, a coordenação do movimento decidiu entregar apenas ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), o abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas pedindo uma CPI para investigar a privatização do sistema Telebrás.

Heloísa Helena (PT-AL) criticou, em aparte, o que chamou de “elite fracas-



“É importante que se ouça esse clamor das ruas”, afirmou Suplicy

sada, cínica e demagógica”, que previa o fracasso da manifestação ou a violência. Ela relatou a história de um manifestante de seu estado que perdeu o olho num acidente durante o trajeto para Brasília e que, mesmo assim, não se arrependeu de ter decidido viajar para participar do movimento.

Também apartando, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) disse, em resposta a Heloísa Helena, estranhar que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, aceite sentar-se a uma mesa de debates com pessoas que atacam o presidente Fernando Henrique. Malan participará de mesa-redonda com parlamentares e desempregados em Alagoas.

A senadora contra-argumentou, lembrando que o presidente da República já usou o adjetivo “vagabundos” para se referir a aposentados. O senador Lauro Campos (PT-DF) fechou a série de apartes pedindo mudanças profundas e estruturais no governo.

## Fogaça defende preservação da autoridade do presidente

O enfraquecimento do presidente da República pode levar à desmoralização do governo e à perda da governabilidade. O alerta foi feito pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). Para ele, no parlamentarismo há maior flexibilidade para se mudar de governo, dentro das regras democráticas, o que não ocorre no presidencialismo.

— No parlamentarismo, há possibilidades infinitas de mudança de rumos. Ondas políticas produzem resultados institucionais sem ameaça à governabilidade, com segurança. Mas no presidencialismo a autoridade do presidente deve ser preservada — observou.

O senador pelo Rio Grande do Sul entende que no regime presidencialista todos têm o direito legítimo de protestar e criticar, mas é necessário

destacar que o presidente tem a responsabilidade constitucional de manter a democracia.

— Quem quer mudar de governante todo mês não pode ter lutado pelo presidencialismo como lutou em 1993 — afirmou Fogaça, referindo-se aos líderes do PT e do PDT, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, respectivamente.

Em sua análise, o senador concluiu

que hoje não existem condições para ocorrer a desestabilização democrática. Fogaça acredita que, diferentemente de outros momentos históricos, não há grupos que conspiram “às sombras” contra o poder e a oposição, “com exceções”, não se deixa tomar pela irresponsabilidade.

Para ele, o governo tem rumo, com uma política econômica definida e um projeto que almeja o desenvolvimento, o emprego e a elevação do padrão de vida “das pessoas que constroem a riqueza do Brasil”.

— A passeata de ontem (quinta-feira) não foi pela derrubada de FHC. Não há posturas majoritariamente irresponsáveis na oposição brasileira. Foi uma crítica à política econômica e a uma série de resultados de momento — disse Fogaça.

Em aparte, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) destacou a lucidez do discurso de seu colega, por oferecer à sociedade elementos para refletir sobre a realidade atual. Para Mestrinho, a manifestação foi da oposição e não da sociedade brasileira.

— A situação do país não pode ser medida por uma manifestação de 40, 50 ou 100 mil pessoas. É preciso interpretar os anseios de 160 milhões de brasileiros que querem emprego e que o país cresça — afirmou Mestrinho.



O senador José Fogaça acredita que “o governo tem rumo”

## Privatização tem que ser investigada, diz Amir Lando

Ao fazer um balanço da “Marcha dos 100 Mil”, o senador Almir Lando (PMDB-RO) disse que “é preciso recolher algumas lições do que aconteceu, uma vez que a insatisfação popular pareceu visível”. Apesar de não concordar com o pedido de saída do presidente da República, ele afirmou que as oposições têm o direito de exigir mudanças na condução do processo.

O senador defendeu a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso e de outras autoridades na privatização do sistema Telebrás, conforme abaixo-assinado entregue pelos manifestantes ao presidente da Câmara dos Deputados.

Amir Lando afirmou que hoje já existem dados suficientes para de-



Amir Lando enfatizou que “insatisfação popular é visível”

monstrar que no processo de preparação da privatização da Telebrás foram investidos cerca de R\$ 21 bilhões, enquanto o patrimônio foi vendido por R\$ 22 bilhões, incluindo-se a Embratel.

Ele lembrou que desde 1993 vem se empenhando para a criação de uma CPI destinada a investigar o processo de privatização das empresas públicas, por entender que há nessa área várias irregularidades que precisam ser averiguadas. O seu esforço, acrescentou, o levou a sofrer “graves perseguições” por parte de grupos que se sentiram prejudicados e que o impediram de se eleger em 1996.

— É preciso investigar esses fatos. O Congresso Nacional não pode fugir a essa responsabilidade. Se não conduzirmos o processo hoje, ele poderá se tornar incontrolável — advertiu.



Nabor Júnior afirmou que Antonio Carlos Magalhães pautou sua vida por preocupações sociais

## Nabor destaca artigo sobre o combate à miséria

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu na sexta-feira a transcrição, nos Anais, de artigo do ex-presidente do Senado Federal, Mauro Benevides, em que este elogia a iniciativa do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, de estabelecer medidas para o combate à pobreza no país.

O artigo foi publicado na edição de quinta-feira do jornal *Diário do Nordeste*. No texto, Benevides ressalta que Antonio Carlos, cinco anos depois de iniciada a campanha contra a fome e a miséria liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, “desponta, firme e determinado, para conduzir o Brasil a enxergar uma realidade de desprimosa evidência, que coloca à margem dos benefícios sociais 40 milhões de pessoas”.

Segundo o senador pelo Acre, “Benevides mostra que a combatividade, quando sinceramente construtiva, não é incompatível com a sensibilidade que marca os grandes homens públicos”. Nabor citou trecho do artigo em que o ex-senador ressalta a postura do presidente do Senado, que “teve a clarividência de conchamar os seus pares a uma jornada de paz social, com menos miséria e fome, e muito mais respeito à dignidade da pessoa humana”.

Nabor afirmou que Antonio Carlos fundamentou toda sua vida na preocupação com as questões sociais, “com o amparo aos desprotegidos, com o bem-estar das famílias”. O senador peemedebista disse que admite a possibilidade de que não se alcancem os objetivos propostos, mas enfatizou a necessidade de todos ingressarem na batalha contra a fome e a miséria.

# Tião Viana cobra adoção de nova política para os índios

O término da demarcação das terras ocupadas pelas nações indígenas voltou a ser defendido em plenário pelo senador

A adoção de uma nova política para os povos indígenas e o término da demarcação das terras reservadas para os índios voltaram a ser solicitados pelo senador Tião Viana (PT-AC). Ele afirmou que os índios brasileiros enfrentam sérias dificuldades e clamam por justiça social.

Tião Viana leu carta endereçada a ele pelo padre Paolino Baldassari, na qual o religioso relata os problemas vividos pelos índios kulina e kaxinawá, que habitam a região do rio Purus, no estado do Acre. Na carta, o padre informa que os índios “estão sendo aniquilados” pelo consumo exagera-



Tião Viana lembrou as sérias dificuldades enfrentadas pelos índios brasileiros e pediu justiça

do de álcool puro, ocasionando doenças como a cirrose hepática,

e que as crianças passam fome.

– Nestes últimos anos foram aposentados muitos índios, mas o que se pensava fosse um bem tornou-se uma calamidade porque o dinheiro é usado para a compra de álcool para consumo – diz o padre.

A senadora Marina Silva (PT-AC), em aparte, informou que o governo do estado do Acre já conta com programas especiais para os índios nas áreas de saúde e educação, mas observou que somente com a aprovação do Estatuto do Índio o país poderá resolver os mais graves problemas enfrentados pelos povos indígenas.



Lúcio Alcântara elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo ministro Paulo Renato Souza

## Lúcio Alcântara deseja manter programa de treinamento

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez um apelo ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, pela manutenção do Programa Especial de Treinamento (PET) destinado a estudantes de nível superior no país. Em ofício dirigido às universidades, segundo o senador, o governo anunciou a intenção de encerrar o programa no dia 31 de dezembro.

Alcântara lembrou que tem dado apoio integral à política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso e destacou os méritos do trabalho desenvolvido pelo ministro Paulo Renato, que colocou “a educação no primeiro plano das preocupações nacionais”. O senador disse que, diante disso, sentia-se à vontade para expressar seu espanto ante a decisão do MEC, “que significará indiscutível retrocesso na educação superior”.

Criado em 1979, dentro de um esforço nacional para consolidar um sistema de pós-graduação de qualidade, lembra o parlamentar, o PET buscou ao longo desse período dar aos alunos de graduação uma formação acadêmica de nível.

– Para tanto, contribuiu para a formação de profissionais críticos e atuantes, promoveu a integração entre a formação acadêmica e a futura atividade profissional e, no geral, estimulou a melhoria do ensino de graduação – explicou.

Lúcio Alcântara informou ainda que o programa tem, atualmente, 3.478 bolsistas, distribuídos por 59 instituições de ensino superior.

## Patrocínio espera que plebiscito no Timor seja transparente

O plebiscito que será realizado hoje para decidir entre a independência e a autonomia do Timor Leste, na opinião do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), deve transcorrer em clima de normalidade, para que se garanta a lisura do processo. Assim, ele apelou ao Itamaraty

para que envide esforços no sentido de oferecer apoio para que a consulta popular seja feita de maneira transparente.



Carlos Patrocínio

Para o senador, a situação no Timor, ocupado pela Indonésia desde 1975, é difícil. Lá, continuou, existem milícias contrárias ao processo de independência, que aceitam favores da Indonésia dada a situação de pobreza da região. Patrocínio citou manifestação ocorrida

há dias em que houve choques entre os favoráveis à libertação do país e os que defendem a presença indonésia, resultando na mor-

te de três pessoas.

Patrocínio destacou o fato de o plebiscito estar sendo patrocinado pela ONU e por diversos chefes de Estado, inclusive o presidente Fernando Henrique Cardoso, que, quando esteve em Portugal, disse que o Brasil estaria participando com o Timor no processo de libertação. O senador lembrou ainda que o papa João Paulo II manifestou-se favorável à liberdade, sem traumas, do povo timorense.

– Tenho certeza de que o Brasil dará sua participação para garantir a lisura que pretendemos para o processo, para que nossos irmãos de língua portuguesa possam ter a sua autodeterminação – declarou Patrocínio, em plenário.

## Bitributação sobre fundos de pensão deve acabar, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) cobrou na sexta-feira mais empenho do Congresso na aprovação da reforma tributária. Ele considerou urgente a simplificação do sistema tributário, bem como o estabelecimento de regras mais rígidas para que esses impostos sejam mais bem fiscalizados e cobrados.

Segundo Jucá, um dos aspectos importantes da reforma diz respeito aos fundos de pensão e previdenciários, que não devem sofrer bitributação. “Os fundos devem pagar impostos, sim, mas somente

quando os recursos forem transferidos para seu beneficiário final”, disse. Esse é, na sua opinião, “o sistema ideal, adotado internacionalmente, que permite a países como a Holanda ter 120% de seu PIB em fundos, representando poupança a ser usada no desenvolvimento”.

Jucá lembrou que no Brasil os fundos têm poupança de apenas 11% do PIB. Ele citou artigo do presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapapp), publi-



Romero Jucá

cado na *Gazeta Mercantil*, afirmando que “esses fundos têm potencial de se multiplicar nas próximas décadas, em função dos novos tipos de planos de pre-

vidência, se a reforma conseguir evitar a bitributação”.

Em aparte, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) disse que a demora em aprovar a reforma tributária está ligada ao hábito do Congresso de votar apenas matérias de consenso.